

O triunfo da verdade

*Soltos depois de cinco anos,
Lilian Celiberti e Universindo Díaz
reconhecem os rostos do crime*

Colocada frente a uma pilha de setenta fotografias de rostos diferentes, no início da noite do sábado, dia 19, num apartamento de Montevideú, Lilian Celiberti Rosas de Casariego, 35 anos, começou a separá-las nervosamente. Instantes depois, apontou trêmula e convicta para a imagem de um homem de

Libertada dois dias antes de esgotar-se sua pena de cinco anos, a que foi condenada sob a acusação — forjada, naturalmente — de ter entrado no Uruguai com “armas e material subversivo”, Lilian examinou todas as fotografias, muitas delas de pessoas estranhas ao caso, e acabou por fixar-se em seis participantes do seqüestro: os policiais brasileiros Marco Aurélio da Silva Reis, a escrivã Elenira Faustina Severino, todos integrantes do DOPS em 1978, além de três militares uruguaios — o major José Bassani, chefe da Companhia de Contra-Inteligências, o capitão Eduardo Ferro e o soldado Hugo Walter García Ribas. Segundo Universindo, os militares uruguaios transitavam livremente pelo Palácio da Polícia de Porto Alegre, onde funcionava o DOPS, e

podem ter participado da sessão de torturas a que foi submetido. “Fui encapuzado no Palácio da Polícia e pendurado no pau-de-arara”, conta Universindo.

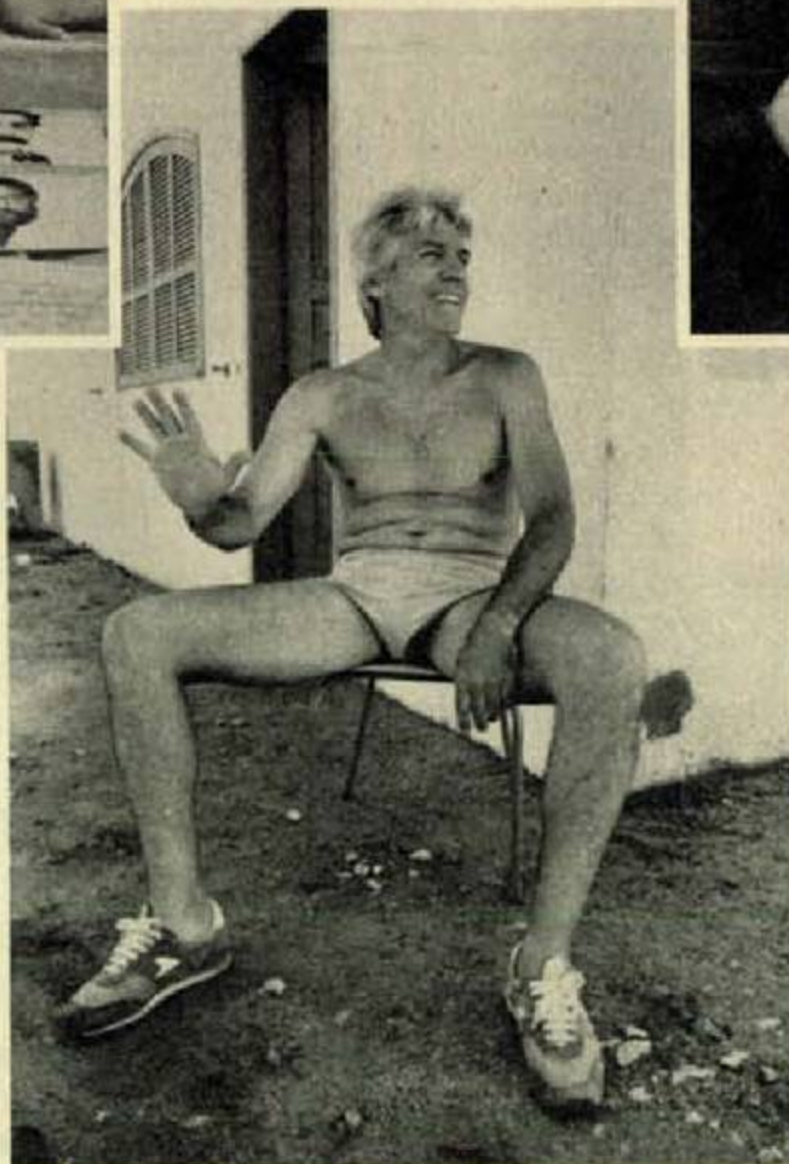
“CONFIO NA JUSTIÇA” — Naquele mesmo dia Universindo foi transportado para o Uruguai, e por isso só pôde reconhecer, nas fotos que lhe foram apresentadas, o delegado Seelig e o capitão Ferro. Pouco depois de ultrapassarem a fronteira, o capitão Ferro retirou Universindo do carro e acorrentou suas mãos. “Ele afundou minha cabeça numa lagoa por diversas vezes”, lembra o seqüestrado. Enquanto permaneceu em Porto Alegre, detida ilegalmente pela polícia gaúcha, Lilian também foi torturada. Despidida da cintura para cima numa sala do Pa-



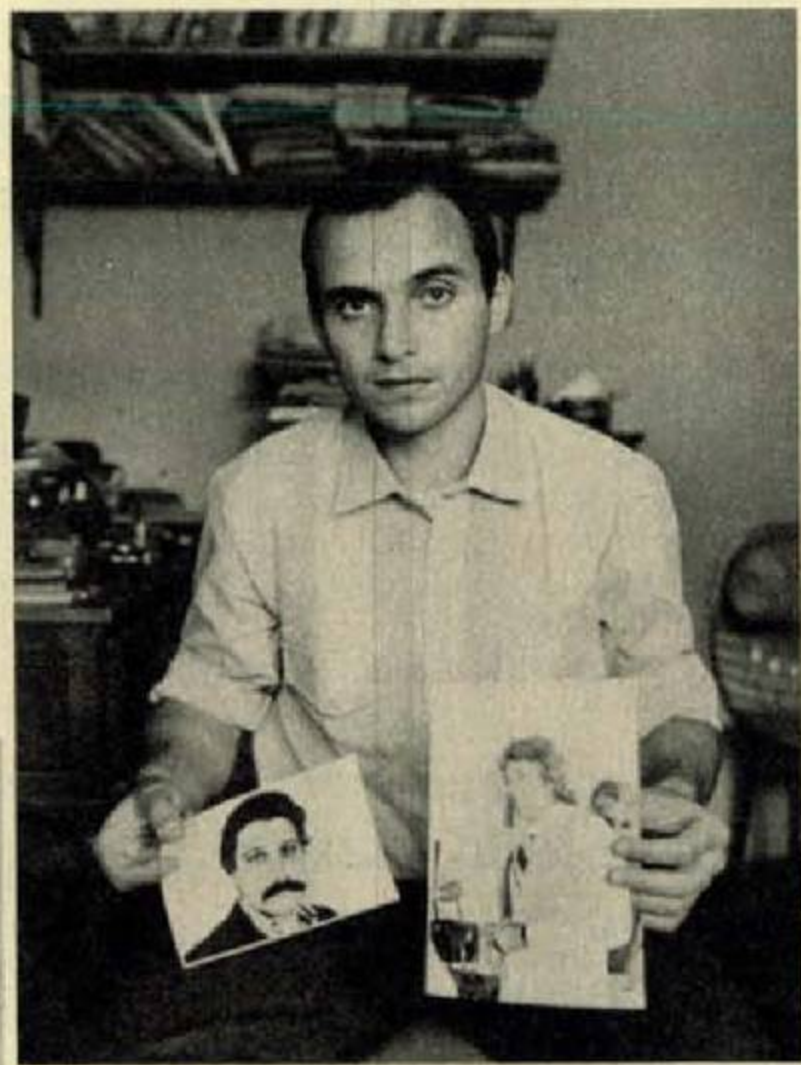
ADOLFO GERCHMANN

Lilian apontou os seqüestradores

meia-idade e cabelos brancos: “Esse chefiava a operação”. Ela acabava de reconhecer, menos de 1 hora depois de ser libertada da prisão de Punta Rieles, o delegado Pedro Carlos Seelig, 47 anos, que em 1978, quando integrava os quadros do DOPS gaúcho, dirigiu a operação de seqüestro dos uruguaios Universindo Rodríguez Díaz, Lilian Celiberti e seus dois filhos, Camilo e Francesca. O depoimento de Lilian, corroborado pelo de Universindo, evidenciava, através da voz das vítimas, a farsa montada pelas autoridades gaúchas há cinco anos, quando negaram terminantemente a participação da polícia no seqüestro.



Seelig: “Confio na Justiça e no meu advogado”



ADOLFO GERCHMANN

Díaz: torturado no DOPS gaúcho

lácio da Polícia, ela recebeu socos nas costas, foi deitada no chão e lhe aplicaram choques elétricos. “Fui torturada por bastante tempo, e quase não pude mexer o braço direito durante uma semana”, diz.

A libertação de Lilian e Universindo em Montevideú coincidiu com a viagem do principal acusado, Pedro Seelig, para sua casa de veraneio na Praia de Garopaba, a 80 quilômetros de Florianópolis, no litoral sul de Santa Catarina. Seelig encarou com naturalidade as denúncias dos uruguaios. “Não fiquei surpreso”, disse. “A mãe de Lilian, orientada por inimigos que devo ter conseguido enquanto fui do DOPS, me atribui o

MANOIS

que não fiz." Seelig, que agora atua como delegado no 15.º Distrito, no bairro do Partenon, em Porto Alegre, também não teme que as acusações de Lillian e Universindo reabram o processo no qual foi acusado em 1979, e absolvido "por falta de provas". "Confio cegamente na Justiça e no meu advogado", afirma, enquanto, auxiliado por outros dois policiais, reforma sua casa de praia.



RICARDO CHAVES

Cunha: apenas um policial foi condenado e cumpriu pena

REABRIR O PROCESSO

— Para o jornalista Luís Cláudio Cunha, 32 anos, que em novembro de 1978, quando chefiava a sucursal de VEJA em Porto Alegre, testemunhou involuntariamente um momento do seqüestro, a justiça ainda está por ser feita. "O único envolvido na ação que foi condenado e preso foi Orandir Portassi Lucas, o 'Didi Pedalada', que teve uma participação restrita no episódio", lamenta Cunha, que hoje trabalha no *Jornal do Brasil*. Alertado por uma denúncia anônima, Luís Cláudio Cunha, acompanhado pelo fotógrafo João Batista Scalco, falecido em maio passado, esteve no apartamento de Lillian em Porto Alegre em 17 de novembro de 1978, e viu os policiais agindo. Posteriormente, Cunha e Scal-

co reconheceram Didi Pedalada e João Augusto da Rosa, o "Irno", também do DOPS.

Ao ser processada no Uruguai, as autoridades militares tentaram fazer com que ela assinasse um documento afirmando que os dois jornalistas brasileiros tinham ligações políticas com os seqüestrados, militantes do Partido de la Victoria del Pueblo (PVP). Segundo os militares uruguaios que falaram com Lillian na ocasião, foi o governo brasileiro que pediu esse documento. Lillian recusou-se a subscrever a declaração, alegando que não tinha nenhum contato político com Scalco e Cunha. "A negativa de Lillian em assinar essa mentira faz

estão tentando descobrir uma forma jurídica para reabrir o processo contra os policiais gaúchos que participaram do caso. A Secretaria da Segurança Pública, porém, adianta que não vai pedir a reabertura do processo. "O fato se deu há cinco anos, no governo de Sinval Guazzelli", explica o secretário Romeu Martinelli. "E a pena já prescreveu." O caso de Lillian e Universindo encerra-se com a trágica constatação de que em pleno regime do AI-5, no qual se entronizava o mito da segurança nacional, a soberania do país foi violada com o seqüestro de duas pessoas por agentes de uma nação estrangeira acumpliciados com policiais brasileiros. ●

Guazzelli, inativo no poder mas loquaz na oposição

Quando as investigações sobre o seqüestro de Lillian Celiberti e Universindo Díaz estiveram sob sua responsabilidade, o então governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli, da extinta Arena, prometeu muito e cumpriu pouco. "A elucidação desse caso é um ponto de honra para o meu governo", disse ele em 2 de dezembro de 1978, quinze dias depois do desaparecimento dos uruguaios. No início de 1979, Guazzelli recomendou que o delegado Pedro Seelig e o investigador Orandir Lucas, o "Didi Pedalada", fossem afastados de seus cargos. Mas o governador encerrou o seu mandato, em março daquele ano, sem que tivesse resolvido coisa alguma, e com os policiais ainda nos seus postos. Na quinta-feira passada, como-

damente instalado em Brasília, Guazzelli, agora vice-líder do PMDB na Câmara Federal, reunia coragem suficiente para afirmar que o seqüestro foi "a página mais negra da crônica policial gaúcha".

Guazzelli reconhece hoje que os "órgãos de segurança do Cone Sul agiam em conjunto, e atingiram a nossa soberania", e garante que não sofreu pressões da área militar para abafar o caso. Com isso, o ex-governador gaúcho reconheceu implicitamente que, com sua omissão, ajudou a escrever essa página negra não só da crônica policial mas do jogo de mentiras para acobertar uma ação ilegal. Toda a ação que culminou com o seqüestro de Universindo e Lillian foi arquitetada

pelo DOPS do Rio Grande do Sul e, apesar das evidências reunidas pela imprensa, o ex-governador não se empenhou em responsabilizar criminalmente os policiais, seus subordinados, envolvidos no crime.

"Encontrei uma grande resistência na minha polícia para resolver o caso", explica o atual deputado. "Na ocasião, o espírito de corpo funcionou como nunca." Guazzelli, mesmo contando com o apoio do então presidente Geisel — que lhe recomendou agir na forma da lei —, não conseguiu, ou não quis, enfrentar sua polícia. Guazzelli seria o caso típico de um político que, na oposição, diz o que quer. Mas, no poder, não faz o que diz.



TUDE MUNHOZ

Guazzelli: não resolveu